



Assembleia Constituinte do Estado do Paraná

COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS

ATA DA 11ª REUNIÃO

Aos vinte e nove dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e nove, às 09:30 horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Temática da Organização do Estado e dos Municípios, sob a Presidência do Senhor Constituinte Deputado Djalma de Almeida Cesar, com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Deputados Paulino Delazeri, Pedro Tonelli, David Cheriegatte, Raul Lopes, Nereu Massignan e Gernote Kirinus, mais a presença dos Senhores Ivan de Quadros Asad (Diretor Geral da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, Senhor Fernando Baraúna Moreira (Diretor do Departamento de Assistência Jurídica da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná e Relator das Propostas Encaminhadas à Constituinte Estadual), e também a presença do Doutor Antonio Simião (Diretor de Relações Públicas da Associação dos Detetives da Polícia Civil do Estado do Paraná). Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciada a reunião, solicitando ao Secretário da Comissão que fizesse a leitura da Ata da Reunião Anterior. É pedida a dispensa da leitura da mesma pelo Senhor Constituinte Deputado Pedro Tonelli. A mesma é colocada em votação - Aprovada. Em seguida o Senhor Presidente passa a palavra ao Doutor Ivan Clóvis de Quadros Asad (Diretor Geral da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná) para que fizesse uma exposição detalhada sobre a proposta por ele encaminhada à Constituinte Estadual. logo após sua explanação é feito um questionamento pelos Senhores Constituinte Deputados David Cheriegatte, Nereu Massignan, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Paulino Delazeri, Gernote Kirinus, e também pelo Doutor Antonio Simião (Diretor de Relações Públicas da Associação dos Detetives da Polícia Civil), os quais obtiveram suas

H



FLS. 02
SML

Assembleia Constituinte do Estado do Paraná

respectivas respostas, conforme notas taquigráficas em anexo, devidamen
te enumeradas na sequência da reunião. Nada mais havendo a tratar o Se
nhor Presidente encerrou os trabalhos, convocando os Senhores Constituin
tes para a próxima reunião a ser realizada dia 30/03/89 às 09:30 horas ,
na Sala da Reuniões das Comissões para a oitiva de representantes da As
sociação da Comec. E para constar e produzir seus efeitos legais lavrei
a presente Ata que depois de lida e Aprovada será assinada pelo Senhor
Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

[Handwritten signatures and scribbles on the left side of the page]

[Handwritten signature of Djalma de Almeida Cesar]
Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR
PRESIDENTE

[Handwritten signature of Sandro Alberto Figueiredo]
Sandro Alberto Figueiredo
Secretário



O SR.PRESIDENTE - (Djalma Almeida Cesar)

Está aberta a reunião, sob a proteção de Deus. Hoje contamos com a participação dos representantes da ASPP, representação essa ~~que~~ que se faz presente aqui através do Dr. Ivan Clóvis de Quadros Assad, que é o Diretor Geral da Associação e ainda o Dr. Ivan Clóvis de Quadros Diretor do Departamento de Assistência Jurídica da ASPP e ainda é o relator das propostas encaminhadas à Constituinte Estadual. Convido o Dr. Ivan para que tome assento à nossa direita afim de, logo em seguida, fazer uma exposição sobre as propostas. E numa segunda etapa ^{debate} vamos abrir o ~~debate~~ ~~que~~ para que os Srs. Deputados possam questioná-los. Concedo a palavra à nossa Secretaria Executiva para que proceda a leitura da ata da reunião passada.

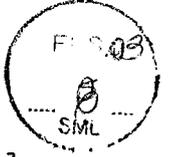
O SR.PEDRO TONELLI - Requeiro a dispensa da leitura.

O SR.PRESIDENTE - (Djalma A. Cesar)

Est-á em discussão, em votação. APROVADA a dispensa da leitura.

(Faz algumas colocações sobre o horário das reuniões futuras, pede ao Deputado Relator que conclua o relatório final para que os outros Deputados possam estudá-lo)

Com muita alegria, ...



O SR. PRESIDENTE (Djalma A. Cesar) - ... Com muita alegria, com honra passamos a palavra ao nosso ilustre convidado, Dr. Ivan que de viva voz fará sua exposição.

O SR. IVAN CLÓVIS DE QUADROS - Sr. Presidente, demais deputados presentes. Preliminarmente gostaríamos de dizer que a nossa Associação dos Servidores Públicos do Paraná é uma entidade que de conformidade com a Lei, com o Estatuto dos Funcionários Públicos é a que representa legalmente a classe dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

Esta entidade foi fundada em 1º de maio de 1932 - a entidade mais antiga do Paraná e uma das mais antigas do Brasil. É constituída por servidores públicos líderes da classe de todas as repartições públicas.

A proposição que vamos apresentar hoje ... nós ouvimos todos os segmentos dos Servidores Públicos para que pudéssemos apresentar este trabalho.

Preliminarmente devo dizer que durante todos estes anos temos dialogado muito com os Servidores Públicos e sentido as suas principais preocupações; mas mais recentemente temos sentido um descontentamento meio generalizado, uma falta de esperanças por parte do funcionalismo. Existe uma disparidade muito grande no Serviço Público de vencimentos entre celetistas, estatutários e isto está causando um descontentamento generalizado. Com base em pesquisas nos locais de trabalhos é que estamos calçados para apresentar a proposta. Confiamos plenamente nesta Comissão, nos Deputados-Constituintes para que isto seja levado avante, porque é o espelho do servidor público nas bases. Com relação aos trabalhos propriamente dito, temos... o nosso principal trabalho, o fundamental é justamente esse no que diz respeito a instituição de um regime único de Servidores Públicos, porque com a instituição deste regime jurídico único e com a isonomia de vencimentos dos cargos assemelhados no mesmo Poder ou assemelhados iguais nos Poderes Legislativos e Judiciários

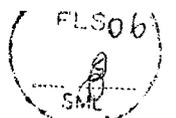
O SR. IVAN QUADROS: ... Judiciário e Executivo. Com esta medida, o que vai ocorrer? Vai terminar o quadro de funcionários celetistas e o quadro estatutário, serão juntados os dois e criado um quadro único com ingresso no serviço público somente por concurso público. Isto é a coisa mais fundamental e importante na qual está calcado todo nosso trabalho, nesta proposição inicial. Ela não está inserida no texto constitucional federal e praticamente nós não repetimos, mas nos baseamos no texto constitucional federal e acrescentamos algo, aqui, muito importante, que é fundamental, que sem isso não haveria eficácia, que seria o prazo para que viesse a vigorar, entrar em funcionamento, e beneficiar os funcionários públicos, que seria de seis meses, após a promulgação da constituição. Porque a Constituição Federal, infelizmente não previu este prazo e entrou naquele problema de lei complementar e regulamentação futura. Então, esta lei complementar poderá levar um ano, dois, três, cinco, dez anos e não entra em vigência o texto constitucional. Isso, nós pedimos, fundamentalmente, aos Deputados desta Comissão, que quando for aprovado, o texto, que seja aprovado com este prazo de seis meses para que entre em vigência, para que o governo, a implantação da lei deverá ser realizada seis meses após a promulgação. Isto é fundamental.

A isonomia de vencimentos dos servidores públicos é uma aspiração muito antiga, que já constava na lei complementar, no ato institucional nº 2 e complementar nº 30, no tempo da revolução de 64. E ficava nas gavetas e até hoje não foi possível a sua implantação. Hoje, nós vemos já uma grande possibilidade de que haja, realmente, de que este texto constitucional seja depois lei estadual e depois de lei estadual seja implantado em seis meses após a promulgação.

Então, senhores Deputados, a nossa proposição mais importante, entre elas, é esta da instituição de um quadro único de servidores públicos do Estado do Paraná, e com isso evitaria o que está ocorrendo hoje, e que ocorreu em todos os governos anteriores, não quero culpar um só, todos os anteriores e a admissão em massa no quadro ^{sem} e ~~va~~ devida preocupação de estarem habilitados para exercer a função pública. Então, entrou muita gente sem habilidade no serviço público, através do quadro CLT. O governo já tem os cargos em comissão para poder, então, atender, o seu pessoal de confiança. Então, não é justo que também se use o quadro celetista para que se atenda aos problemas de interesse ~~públicos~~ político. Esta medida, então, vai coibir a entrada do servidor público, a não ser por concurso público. Se reestabelecerá o sistema antigo, de muitos anos atrás, e que só tinha o quadro de funcionário público estatutário e que só ingressassem por concurso público.

blico. Esta é a principal proposição que a Associação faz e pede aos Deputados que seja aprovado e seja inserido no texto constitucional estadual.

A outra proposição nossa diz respeito ao problema de invalidez permanente. A Constituição Federal ~~previu~~ previu o problema de invalidez permanente somente para os integrantes de acidentes de moléstia profissional e doença grave, contagiosa e incurável. Mas ela não incluiu no Texto a invalidez permanente. A invalidez permanente seria apenas como aposentadoria proporcional. Eu sei que vai ser difícil, porque já consta do Texto Constitucional Federal que esta invalidez permanente seja proporcional, mas nós ...



IVAN CLOVIS -... seja apenas proporcional, mas nós estamos insitindo porque achamos que os legisladores federais pecaram quando deixaram de fora o funcionário que por (invalidez permanente receba então aposentadoria apenas proporcional. Nós achamos que houve por parte dos legisladores federais uma falha e que essa falha pode ser corrigida agora na elaboração do Texto Constitucional Estadual. Então, está api mais um trabalho que nós apresentamos e que nós pedimos aos Deputados como sempre o carinho necessário para este trabalho.

A outra proposição nossa versa sobre o problema da contagem de tempo de serviço computado integralmente para efeitos de aposentadoria de disponibilidade prestado aos municípios. Também a Carta Magna prevê no artigo 40 no inciso 3º.

Então a Associação dos Servidores Públicos do Paraná nada mais está fazendo do que ratificar esse Texto Constitucional par que ele seja inserido na Constituição Estadual e que venha beneficiar os funcionários públicos estaduais do Paraná. Tem a justificativa.

A outra proposição nossa diz respeito ao problema de acréscimo nos vencimentos de 3 em 3 anos da gratificação correspondente a 3% do respectivo vencimento até o máximo de 30%, para os homens e, para as mulheres seria de 15% porque elas têm 25 anos de serviço público.

Então, a finalidade dessa proposição é de realmente ela substituir de forma gradual e não onerando muito o serviço público o consagrado quinquênio na sua forma atual. Ela vai substituir então o quinquênio que hoje os senhores sabem que mesmo existindo ele não satisfaz os interesses do servidor.

Então nós estamos melhorando afim de que o servidor público receba então nessa forma que nós apresentamos.

A outra proposição diz respeito ao problema do deficiente físico, que nós achamos também que eles devem ser amparados na Constituição Estadual; que eles devem ter o direito de ascensão na carreira. Eles não devem ser, por um pro-



blema de acidente no trabalho ficaram marginalizados e não tem mais como seguir nas suas carreiras. Então, nós estamos sugerindo para que esse pessoal que sofreu um acidente que hoje não podem mais prestar serviços como prestavam antigamente, mas eles não tem culpa porque foi acidentado no trabalho, durante o exercício da sua função. Então, que ele também tenha as promoções de carreira como têm os demais funcionários, porque hoje não está ocorrendo isso. Eles não estão recebendo promoção. Então, essa é a finalidade dessa proposição.

A outra proposição diz respeito aos servidores militares do Paraná que já tem vencimentos acrescido de adicional fica assegurada a vantagem obtida.

Essa também é uma proposição que nos foi encaminhada pelos militares e que nós, logicamente acolhemos e estamos encaminhando aos Estados.

E por fim, nós estamos fazendo uma proposição geral que é aquilo que foi inserido na Carta Magna Federal, então que sejam aproveitados na Carta Estadual todos os dispositivos, para que não haja prejuízo de nenhum ~~xxxxxxx~~ artigo, inciso, porque o servidor público, evidentemente, não fomos nós que fizemos nosso trabalho, recebemos também outros trabalhos de outros colegas nossos, então não podemos prever todos os dispositivos que foram encaminhados, que constam na Carta Magna Federal.

Como esses dispositivos todos beneficiam os funcionários públicos estaduais, vamos pedir aos Deputados que todos eles sejam inseridos na Carta Estadual.....

mlm

29/03/89

10,30 hrs.

-1

O SR. IVAN CLÓVIS:-...inserido na Carta Estadual, na Constituição /
Estadual. Apenas para lembrar aos Deputados que/
estes Dispositivos não devem ficar de fora.

De um modo geral, a nossa Proposição da Associação
está sintetizada nestas Proposições. Então nós nos colocamos à dis-
posição dos Deputados para alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE:-(Djalma de Almeida César):- Dr. Clóvis se o Sr. /
gostaria de discorrer mais
demoradamente sobre esta Proposição, nós não temos pressa.

O SR. DAVID CHERIEGATE:- Sr. Presidente, talvez no exercício das per-
guntas nós pudéssemos trazer o esclarecimen-
to.

O SR. IVAN CLÓVIS:- Bom, o assunto principal, nós já afirmamos é jus-
tamente a criação do quadro único do Funcionário Público, com o in-
gresso por concurso, e com a isonomia de vencimentos para cargos as-
semelhados, dentro do mesmo poder, ou então entre os funcionários /
nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Então é essa a nos-
sa maior preocupação, e isto não está ocorrendo, no momento. No mo-
mento, falando mais claramente nós temos o quadro de CLT e o quadro
de Estatutário. No quadro de CLTistas nós temos funcionários que /
trabalham na mesma sala, fazem o mesmo serviço e um recebe 400 mil
cruzados, enquanto que o outro recebe 800 mil cruzados. Lógico que/
exercendo a mesma função, o mesmo cargo, a mesma atribuição. Então/
isso cria um problema de desigualdade, de desinteresse pela carrei-
ra e de desânimo geral, Os funcionários públicos estão completamen-
te desacreditados com o que está ocorrendo, haja visto estes aumen-
tos que não saíram, não eram aumentos, eram reposições. A gente fi-
ca muito decepcionado com isso, eram reposições salariais, em vista
das perdas salariais. A gente vendo esta desigualdade de tratamento
a gente fica cada vez mais revoltado. Esta é a realidade de pensamen-
to dos funcionários públicos, com os quais convivemos no dia a dia/

29/03/89

mlm

10,30 hrs.



-2

a todo momento.

O SR. DAVID CHERIEGATE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar eu queria cumprimentar o Dr. Ivan e dizer da satisfação que esta Comissão tem em recebê-lo e dizer que a minha satisfação é ainda maior porque tenho a satisfação de privar da sua amizade, em primeiro lugar como colega do DER e nós temos assistido a sua luta em pról dos funcionários públicos do nosso Estado. Queria cumprimentá-lo por isso.

Eu gostaria de fazer uma colocação, para o Sr poder nos dar uma interpretação:- hoje, toma corpo, no País, e isso nós sentimos nos Governos Federais, Estaduais e Municipais, onde os governantes colocam nas costas dos funcionários públicos, talvez, a causa dos grandes problemas do nosso País. Se fala sempre em enxugar a máquina administrativa, diminuir o número de funcionários; eu / gostaria que o Sr. nos desse a visão de dirigente de Associação de / Funcionários, qual é a sua interpretação, o Sr. concorda com este / posicionamento dos Governos? Ou o Sr. acha que talvez não seja este, vamos dizer o grande quadro de funcionários que o nosso País tem / hoje, dentro dos três níveis sejam os causadores destes problemas / que a gente está vivendo hoje? Eu gostaria que o Sr. fizesse uma explanação dando a interpretação da Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, neste tema.

O SR. IVAN CLÓVIS:- Efetivamente o que ocorre, o que ocorreu durante todos estes anos foi um problema assim ...

10:35 - 1 -

O SR. IVAN CLÓVIS DE QUADROS... foi o problema, assim de quadros, cada Governo que foi assumindo o Poder, foi admitindo sem concurso Público e sem a habilitação necessária, foi colocando seus apadrinhados, colocando Funcionário Público para exercer, sem estarem habilitados e por isso lógicamente foi inchando o Poder Público, foi cada vez mais aumentando o quadro dos Funcionários Públicos, tanto no âmbito Federal, Estadual e até Municipal e é lógico que chegou-se um ponto hoje que / considera-se o Funcionário Público uma classe relapsa, uma classe de funcionários que apenas querem receber seus proventos e não / querem trabalhar; e existe inclusive uma possibilidade publicidada, uma campanha publicitária tentando denigrir assim a imagem / do Servidor Público, chamando o Funcionário Público de vagabundo, de corrupto, de marajá e outras coisas. Mas, na realidade o Funcionário Público autêntico, o Funcionário Público que presta serviço há muitos anos para o Estado, ele não pode ser comparado com aqueles que foram admitidos, vamos dizer, entraram sem concurso Público e sem aptidão necessária.

Nós reconhecemos duas coisas: Primeiro que existe o inchaço, existe muito Funcionário Público, isso nós reconhecemos que existe mesmo, mas esses Funcionários Públicos entraram como se diz pela porta da cozinha, entraram sem aptidão, sem concurso, eles propriamente não têm culpa, porque eles conseguiram entrar no Serviço Público e estão aí exercendo as suas / funções, ou bem ou mal estão aí, os Governos é que pecaram em inchar a máquina. Então, eu acho que existe muito Funcionário Público, demasiadamente, poderia a máquina administrativa ser exercida com muito menos funcionários, mas bem pagos, isso seria o caminho certo, mas também hoje, se for demitir os Funcionários excedentes que têm, vai criar um caos social, tem tanto Funcionário Público que eu não sei se dava para tomar uma atitude tão drástica dessa aí.

Então, o nosso entendimento, confor



O SR. CLÓVIS DE
SR. IVAN QUADROS... o nosso entendimento, conforme o Deputado David Cheriegate acabou de nos indagar, nós achamos realmente que existe um ~~inchaço~~ inchaço muito grande do / servidor Público e que a máquina administrativa devia de ser enxugada, fazer uma seleção geral, acreditar com essa tese da unificação do regime Jurídico, vai enxugar a máquina, vai ter um quadro único e esse quadro único poderá exercer muito bem as atribuições que ~~at-~~ é atender bem o serviço Público. Agora, é possível que se destaque uma coisa, isso nós temos dito aí, que se descarrega nas costas do servidor Público um peso de honerar o serviço Público / Federal, Estadual e Municipal, mas também não se recordam de que o servidor Público através do seu trabalho de técnicos construiu todas essas rodovias no País, a eletrificação rural é feita através do serviço Público, os Professores educando os nossos filhos; quer dizer, não se pode jogar todo esse servidor Público amanhã ou depois na lama por causa de meia dúzia de servidor Público que realmente é incompetente, é corrupto e que deveria de ser punido. Então, nessas condições, complementando só Deputado! O nosso pensamento / é de que a máquina deve ser enxugada, que servidor Público deve ser mais valorizado, valorizar a função Pública e a valorização só virá após a promulgação da Constituição Estadual com a implantação / do regime único dos servidores Públicos.

O SR. PRESIDENTE (DJALMA DE ALMEIDA CESAR) - Esta presidência...

29/03/89

EZ

-1-

10:40

O SR. IVAN CLÓVIS-...

O SR. PRESIDENTE (DJALMA DE ALMEIDA CESAR)- Esta Presidência gostaria de conceder a palavra ao Sr. Antônio Simião, / da Associação dos Detetives .

O SR. ANTÔNIO SIMIÃO- EXmos. Srs. Deputados : Sou Antônio Simião, Diretor das Relações Públicas da ... do Estado do Pr. Gostaria de dirigir uma pergunta ao Presidente da / ASPP , no seguinte sentido; a respeito do inchaço , fazer uma colocação , sobre os servidores públicos do Estado do Paraná, eu queria / acrescentar o seguinte, que realmente eu concordo que existe o inchaço com os servidores públicos principalmente a nível de Paraná.

Gostaria de fazer então esta colocação a nível de proposta ;que fosse dado um tempo, digamos cinco anos, para somente ser realizado um concurso interno , para a acomodação destes funcionários .Porque nós sabemos , que existem órgãos que têm funcionários / em excesso;existem outros órgãos que têm funcionários a menos , ou seja, digamos o nosso caso específico na polícia civil, pois, nós temos poucos policiais .

Então, acredito que através de concursos internos / durante um período de 5 anos, estes funcionários fossem acomodados, nos órgãos de acordo com as necessidades .

Outra colocação, que quero fazer: é a respeito de concurso interno , especificamente para o quadro da polícia civil do Estado do Paraná, Gostaria que os Srs. nos fizessem uma colocação , do seu ponto de vista , a respeito de concurso interno , dentro da polícia civil no Estado do Paraná, para todos os cargos, inclusive, para o cargo de delegado, preenchendo os requisitos legais, naturalmente.

O SR. IVAN CLÓVIS- A este respeito, evidentemente, que nós estamos / vendo assim, de um modo genérico, de um modo geral.

Agora, especificamente , do problema da polícia militar digo, aliás , da polícia civil, nós podemos lhe dizer que, nós respeitamos muito os atuais servidores daquela Secretaria, mas, que, fazendo concurso interno, vai ferir, por exemplo, a Carta Magna Maior,

porque concurso de ve ser concurso público , de um modo geral.

Acho que, poderia se fazer um teste seletivo lá / interno, para então, se poder selecionar melhor os funcionários lá da Secretariã de Segurança. Mas, fazer concurso só lá , dentro da Secretaria, acho que vai ferir depois a Lei Maior,

A proposição nossa aqui, é fazer concurso público, / para todo o servidor público, ;ninguém entra mais no Estado , sem fazer concurso , para evitar justamente que entre gente sem habilidade, sem habilitação , e, para que não haja abuso de admissões , como o quadro de celetistas , que hoje está havendo um abuso enorme. Entra / celetista sem qualquer condição de exercer o cargo ou função.

Esta é a minha resposta.

O SR. ANTÔNIO SIMIÃO- Eu acrescentaria as minhas colocações da seguinte maneira: na polícia federal da União, é feito concurso interno para todos os níveis , inclusive, para o delegado de polícia. Isto respaladado na Constituição Federal.

O SR. IVAN CLÓVIS- Sim, mas isto é feito atualmente, pois, é a tal coisa, e justamente isto que é importante; a Constituição Federal ficou muito bonitinha , o texto constitucional e tudo, mas, tudo para ser Lei Complementar, Lei Regulamentar; quer dizer, nada entrou em vigência; e isto justamente é o que nós destacamos aqui, pedimos aos Deputados , que nós pudéssemos evitar este problema de Lei Complementar, e é porq/ isto que nós estamos propondo aqui , para que se dê o prazo de seis meses , para que entre em vigência.

O Governo vai ser obrigado a nomear uma comissão , e entrar em vigência o texto constitucional . Se nós não colocarmos prazo, não nos acompanharaã; o brasileiro é assim. Vai deixando para um ano, dois anos, e acaba não saindo , nada.

Então, eu acho que se nós não darmos um prazo , e o Governo não nomear uma comissão paritária, e não instituir...

29/03/89

-1-

10.45

O SENHOR IVAN CLÓVIS - ...instituir ou não instituir o novo estatuto dos servidores públicos. Este texto constitucional, esta proposição nossa, que é o carro chefe, que vai regulamentar, que vai colocar em ordem o serviço público, nunca entrará ~~em vigor~~ em vigência, que é justamente a isonomia dos vencimentos para cargos assemelhados dos três Poderes.

O SENHOR PEDRO TONELLI - Pela ordem o Deputado David Cheriegatte, Depois o Deputado Nereu Massignam, depois o Deputado Pedro Tonelli: Líder do PT.

O SENHOR DAVID CHERIEGATTE - Doutor Ivan, nós acompanhamos os atos do Poder Executivo referente a alguns atos que representaram a Reforma Administrativa. Ontem, esta Comissão ouviu o Secretário de Administração que citou aqui os números de funcionários demitidos, as mudanças que houveram.

Eu perguntaria: a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, ela tem em mãos o número de funcionários que foram demitidos durante a atual gestão?

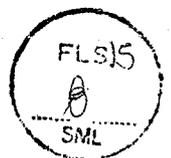
O SENHOR IVAN CLÓVIS - Não temos.

O SENHOR DAVID CHERIEGATTE - Não têm.

Bem, eu deixaria a palavra livre para que os demais Deputados falassem e depois eu volto a falar.

O ~~SENHOR~~ SENHOR NEREU = ~~SENHOR~~ Senhor Presidente, Companheiros da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Ontem, o Secretário Mário Pereira manifestava algumas preocupações com relação ao texto constitucional em vigor, especificamente, no princípio



princípio da obrigatoriedade do concurso e ~~xxxxxx~~ que isso, segundo o Secretário, inviabilizaria as empresas públicas, os serviços de natureza eventual, os serviços de segurança, higiene, obras. Porque se contrata o cidadão p/ construir uma obra, pode demorar oito meses, um ano, um ano e ~~xxxx~~ meio, dois anos. Então, me chamou a atenção esta preocupação do Secretário e eu um defensor radical do concurso público, porque eu acho que é a forma, esta é a melhor campanha de moralização que se possa fazer neste País. Endosando as palavras do Deputado David, os meios de comunicação, através das pessoas que dão entrevista, ~~xxx~~ o que se faria para se moralizar² dois Governadores, o nosso e o de Alagoas, e porque na sociedade brasileira a moralização, a moral, é o grande instrumento de transformação da sociedade. Porque na verdade a moral acompanha o cidadão desde que nasce no seio da sua família e eu não vejo isso como um problema. Mas, enfim está aí o mal e ~~significa~~ isto significa toda a discussão básica da sociedade. Faz-se deste tipo de campanha o sucesso da transformação da sociedade, quando nós sabemos que a campanha de moralização, basicamente, a discussão dos assuntos nacionais, os assuntos estaduais, que interessam realmente como forma de mudança e de transformação da sociedade.

E, ao dizer isso, não faço críticas à moral, mas, transformar esta campanha de moralização como uma forma de gerar uma enorme esperança de que é por aí que nós vamos fazer todas as mudanças estruturais da sociedade.

Então, voltando ao raciocínio do concurso, eu acho que a Constituição ~~xxxxxx~~ acertou neste aspecto, pena que eu não pude ficar durante o debate, mas, depois numa conversa fora com o Secretário.

29/03/89

-3-

10:45

ARO

Secretário. As questões que ele levantou, eu gostaria de saber do Senhor, que lida o Serviço Público. A própria constituição permite a contratação eventual, basta uma regulamentação cuidadosa e isto talvez nós possamos administrar.

Porque, veja bem, na hora em que se enquista o princípio do concurso público, foi uma luta de anos, porque havia os ~~xxxx~~ escapes e até hoje existem quadro de todos os tipos, regime de todo o tipo e a própria Constituição determina o regime único para resolver esta questão e a partir disso com o concurso. ~~xxxxxxxx~~ A gente começa, então, a ter este tipo de dúvida: será que a Constituição errou, será que nós temos que ter ~~xxxx~~ uma brecha neste aspecto? Ou nós temos que nos preocupar em manter o princípio e nos aperfeiçoar a forma de encaminhamento disso. Eu acho muito simples esta colocação de que as coisas se inviabilizam, porque aí se desmoraliza o princípio do concurso público..

Na medida em que esta preocupação vai-se sedimentando e aí já vem a Petrobrás com os seus argumentos, já vem a COPEL, depois, já vem o Banco Central, o Banco do Brasil e todo mundo vai querer achar uma forma de, evitando o concurso público, sob alegação de que é obras eventuais, de serviços eventuais, se escape disso.

O Senhor teria uma visão de como se poderia compatibilizar isso? Veja...



O SR. NEREU MASSIGNAN - ... veja, nos preocupa em perguntar, como que o setor privado faz isso. O setor privado contrata e demite, contrata e demite, a medida que ele tem as suas necessidades, porque que as empresas públicas não podem fazer isso, tem que abrir a brecha do Concurso Público, tentar um outro instrumento, fazer tudo isso e depois nós vamos ter de novo toda essa conversa de inchaço, apadrinhamento na contratação duvidosa. Neste aspecto, eu gostaria se o senhor ainda não tem uma visão, talvez até a Associação ou entidades vinculadas ao funcionalismo público se preocupasse com isso, nos trouxessem algumas idéias a respeito disso, parece que há um assunto na área de recursos humanos que vai nos preocupar muito, principalmente a quem é funcionário estável e que tem a preocupação de melhorar as suas condições de vida, de salário, mas a medida que nós não corrigirmos isso e não tentarmos a médio prazo viabilizar um quadro, os próprios prejudicados são aqueles que hoje gozam da estabilidade.

O SR. IVAN CLÓVIS - Esse assunto, realmente é um assunto muito importante, eu não escutei ontem a palestra do Secretário da Administração, mas eu estou lembrado que há muito tempo atrás quando foi instituído, quando criou-se esse quadro de celetistas, o Deputado David Cheriegate conhece bem também porque ele foi Engenheiro do DER, lá em Irati e em vários Distritos nosso, que tinha ordem do DER para admitir funcionário para tempo determinado, fazia-se uma obra e depois exonerava-se os funcionários pela CLT, mas depois com o decorrer dos anos o pessoal não era mais exonerado e foi ficando e hoje está aí 38 ou quase 40 mil servidores celetistas no Estado. Então realmente o Deputado abordou muito bem esse assunto ~~mas~~ através das nossas empresas públicas, poderá haver no futuro algum problema, mas para esse problema acredito que poderá haver então essa contratação, acredito por tempo determinado para as obras e depois demitir-se imediatamente, mas é necessário que se demita realmente o servidor público, se demita aquele empregado, porque ele não é servidor público, para não ofuscar o quadro de servidores públicos com Concurso Público, o carro chefe é, isso é fundamental, mas também nós devemos ser versáteis, porque o

29.03.89/OTM

porque o serviço público precisa de versatilidade para poder exercer as suas atribuições. Acredito que poderá no futuro ser examinada essa possibilidade do Governo também, através de empresas públicas admitir empregados para determinadas obras com prazo determinado ou não vejo assim que isso seja uma coisa impossível. Eu acho que nós temos que adaptar o sistema de trabalho do Governo as suas necessidades e talvez isso haja viabilidade.

O SR. PEDRO TONELLI - Dr. Ivan, eu acredito que o senhor ~~xxxx~~ traz uma grande contribuição neste momento importante do processo Constituinte, não só por ser o momento Constituinte, mas exatamente no momento em que quando se discute a Administração Pública Nacional, Estadual ou local, como disse muito bem o Deputado Nereu, parece que os autores da crise brasileira são os Funcionários Públicos, existe essa visão, uma visão nacional, ~~xxxx~~ que a Globo, junto com os empregados procuram colocar ~~xxxx~~ na cabeça do povo brasileiro de que os funcionários públicos é que são os culpados pela crise, isto está dito publicamente, ontem no debate com o Secretário da Administração a gente sentiu muito essa manifestação, dando conta de que os serviços públicos e os servidores públicos são exatamente os grandes culpados, aí que está o problema do Estado, da União e tal.

Eu acredito que esse é um momento muito importante que a gente discute, joga para fora a viabilidade com relação aos servidores públicos. Acho que nós temos que levar em conta e talvez a preocupação do Deputado Nereu com relação a essa campanha moralista que ~~xxxx~~ existe de moralidade e tal, ela tem poucos vícios do tipo de estado que nós vivemos ultimamente no País, se caracterizou como um Estado autoritário ...



O SR. PEDRO TONELLI:- ...um Estado autoritário. Um Estado autoritário que não permitia a transparência e que não permitia a participação popular nas decisões de Governo...(inaudível) decisões públicas, Era quem estava no Governo, tomava as decisões por conta própria com semelhança àqueles seminários antigos aonde eram completamente isolados da vida da sociedade, da comunidade.

Então a gente tem que entender, eu queria dizer isso também ao Deputado Nereu, que a gente tem que entender que essa preocupação pelo qual a ~~sociedade~~ sociedade dá muita importância que é a questão da transparência, da moralidade e tal, ela tem importância para a sociedade, porque a sociedade, se ela soubesse o que acontece nas instâncias(?) do poder, se ela tivesse participação direta, ela não daria essa importância que tem. No entanto, eu acho que nós como constituintes e nós como parlamentares, nós não podemos tratar tão simplesmente assim, em linha tão reta, porque ela tem uma certa importância. Então eu acho que nós, neste momento, nós além de termos certeza que não vamos consertar o país, dando um tratamento mais moral e mais transparente que realmente é ~~necessário~~ necessário, mas nós temos que ter certeza que isto é importante para este momento. Eu acho que nós temos que tratar. Ontem o Secretário ele tratou o processo constitucional do momento. Quando ele dizia que inviável quando a isonomia não dá nem para falar, quando ele dizia isto ele estava preocupado com as finanças do momento do Estado. Agora nós, num processo constitucional nós não podemos tratar o momento agora. Nós temos que tratar, nós temos que constituir uma lei que ela sirva, que ela represente os anseios para daqui talvez 50, 100 ou 200 anos, eu não sei quanto, e ser a mais duradoura possível.

Então, acho que a nossa preocupação ela deve conter como nós vemos que deveria ser o melhor funcionamento do Estado, dos serviços públicos, o que seria melhor para os servidores públicos, que estamos discutindo hoje. Não para este momento que está em crise, porque o Estado não é capaz de arrecadar, está gastando demais em setores que ele não fala.

A semana passada eu estava discutindo com o pessoal do DIEESE e eles estavam me passando dados sobre a administração estadual, por exemplo, que desmente completamente muitas afirmações públicas, inclusive as ditas pelo nobre Deputado David Cheriegate, Deputado Nereu Massignan, aqui que tenho ouvido, dizendo que os gastos com funcionários públicos é a folha de pagamento que é a culpada. Agora nunca se fala da dívida externa. Eu tenho aqui um gráfico aonde de 70 para 87 a arrecadação do ICM, por exemplo, aumentou 97% só; o PIB cresceu 205% ; o gasto com pessoal aumentou 62%, enquanto que os encargos da dívida aumentaram 8.613%. Hoje é quase 30% do Orçamento do Estado comprometido com a dívida do Estado. Isto não se fala porque isto vai beneficiar um grupo de empresas, é o pessoal que está sentado, que está mamando no Governo, isto não se fala.

Então se procura resolver o problema financeiro do Estado dizendo que é a folha de pagamento que é a culpada.

No entanto, eu acho que nós temos muitos dados que a gente poderia analisar, que desmentem, que contestam as afirmações do Secretário da Administração, do Governador, dos Governos, do Sarney e assim por diante. Agora, no entanto, nós temos que pensar o que é bom para o momento e o que é bom para o futuro, o que é bom para os servidores, coisa e tal.

Nisso eu acho que nós deveríamos ter uma posição dura, eu acho que o companheiro representante da Associação dos Servidores Públicos, nós concordamos, está contido no projeto do PT que nós defendemos aqui, a rigidez com relação aos concursos públicos. Eu acho que está sendo burlado isto, inclusive eu queria indagar a Associação dos Servidores se está tendo esta preocupação porque eu estou sentido, tive uma discussão na semana passada ~~com um Prefeito~~, uma discussão de um dia, com um Prefeito do PT, um Prefeito nosso, do interior do Estado, de Salto do Lontra, que também estava ~~na~~ caindo na onda de tentar burlar o concurso público para contratar os seus funcionários da Prefeitura. Porque todas as Prefeituras, eu acho que ~~quase~~ quase...

29.03.89

-3-

RTA

10:55



todas, aquelas que eu sei, estão mandando para as Câmaras de Vereadores leis que permitem a contratação temporária e que com um jeitinho para procurar fazer desse artifício o desvio do concurso público. . .



que eles sejam liberados, a liberação de dirigentes que a gente discutiu com muitos setores organizados do setor público para uma aspiração dos servidores.

Uma outra questão é a vedação de funcionários públicos que está dito aqui no art. 52: "nenhum servidor poderá ser ~~xxxxxxx~~ ~~xxx~~ diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora ao Estado, ou que realize qualquer modalidade de contrato sob pena de demissão do serviço público".

Como é que vocês, entidades que representam os servidores, vêem essa vedação? Eu acho que são essas questões que eu gostaria de saber o pronunciamento do nobre líder das entidades dos servidores públicos.

O SR. IVAN CLÓVIS DE QUADROS - A Associação não chegou a se preocupar com o problema de salário. Nós estamos preocupados com a instituição, do regime único de salários para depois então discutirmos a isonomia de vencimentos do serviço público, em que essa isonomia evidentemente deverá atingir os três poderes, e ela vai dar possibilidade a que os poderes que ganham menos hoje passem a ganhar os mesmos vencimentos dos outros poderes. Por exemplo, esse aumento que está sendo dado ao Poder Judiciário de 100%, isso poderá ser significativo para o Poder Legislativo e para o Poder Legislativo...

O SR. IVAN - ... e o Poder Executivo, se bem que não são cargos assemelhados a juizes e desembargadores, se bem que existem outros cargos que vão ser beneficiados com esse aumento que está sendo dado. Agora com relação propriamente aos 40 salários que o Deputado está se referindo nós achamos que é justo, a associação ela sempre está lutando constantemente para melhorar o salário do servidor público, para nós quanto mais o salário aumentar o funcionalismo público evidentemente será uma satisfação muito grande da associação. Esse é o objetivo da associação. Agora evidentemente nós sabemos das dificuldades de recursos que existem para que se paguem salários às vezes exorbitantes, mas pode se pagar salário ao servidor comparativamente àquele das empresas privadas para que haja uma distribuição de renda quantitativa. Porque o que ocorre hoje é um desnível muito grande entre o servidor público e as empresas privadas hoje o funcionário público está ganhando uma miséria. Principalmente o funcionário do Executivo e até o Legislativo, o judiciário está melhorando bem agora, mas o Executivo que é o mais prejudicado que é onde está o maior número de funcionários públicos, hoje é o mais prejudicado. O funcionário público não tem nem esperança de melhoria mais, a esperança do servidor está depositada nos Deputados Constituintes, nos Srs. que estão aqui. Esta é a esperança última do servidor público. Se nós não fizermos isso nós estaremos demoralizados perante o servidor, essa é a realidade. Desculpem a franqueza : mas essa é a última esperança, a Constituinte Estadual, para que se implante a isonomia de vencimentos. Desde que haja também um prazo para sua eficácia legal.

O SR. PEDRO TONELLI - A liberação de dirigentes sindicais como o sr. vê ?

SR. IVAN - Nós vemos com bons olhos porque são colegas nossas que sendo líderes sindicais devem ser liberados. Estamos de pleno acordo. Com relação a outra pergunta que seja vedada a participação de servidores em empresas, logicamente, ., ., .

que isso é imoral, temos que combater, somos contra,

O SR.DAVID CHERIEGATE - Dr.Ivan, quando o Governo do Estado de-

fine algumas medidas em termos de feforma administra-
tiva, ou até na discussão do salário do funcionalismo, a Associa-
ção ela tem sido chamada, tem participação nessas definições ou
elas são feitas à margem da Associação?

O DR.IVAN - Não, não temos sido chamados, lamentavelmente.

DEP.DAVID CHERIEGATE - Eu digo isso porque nós já ouvimos várias
classes de funcionários representante de várias
secretarias, departamentos, associação de funcionários de vários
órgãos e existem propostas hoje colocadas a esta Comissão que
representam ou representariam ~~na~~ uma ampla reforma administrativa.
Nós atendo aqui às proposições da ...

29.03.89-ircc 11:10 C. Org. Est. Muns. -1-

O SR. DAVI CHERIEGATE - ... Atendo-nos às proposições da Associação dos Servidores Públicos todas elas de grande relevância para a classe, não vimos nenhuma proposição, por exemplo, em termos de mudança de estrutura administrativa. O Senhor não acha que caberia à Associação participar desse debate? O SR. IVAN - Evidentemente que sim, mas como a Constituição Federal vai prever casos específicos de notificação genérica acho que não caberia ainda ser previstos casos particulares, específicos, como pergunta o Deputado, porque eu acredito que com a implantação do regime único é evidentemente que para que se coloque em prática isto é necessário que se elabore um estatuto do Servidor Público e na constituição do estatuto haverá uma comissão ~~pa~~ (?) entre associações de classe e governo na elaboração deste estatuto. E, conseqüentemente, haverá uma participação bem maior da classe junto ao Governo. O estatuto será a regulamentação do texto Constitucional.

E como o Estatuto já prevê que a Associação, Artigo 294, dos Servidores Públicos é órgão de representação oficial da classe. Então podemos também emendar e que deverá ser ouvida.

O SR. DAVI CHERIEGATE - Esta proposição que diz que a contribuição previdenciária fica reduzida até 50% a todos os aposentados, qual é hoje o desconto?

O SR. IVAN - 8% para todos, igualmente.

O SR. DAVI CHERIEGATE - Ativo e inativos?

O SR. IVAN - Sim, ativo e inativo.

É por isto que volto a falar do problema do quadro único; com a implantação deste quadro acaba o CLT, que passa para o IPE. E como nós temos 37 ou 40 mil servidores celetistas hoje, a 8% vai aumentar muito a arrecadação do IPE. Como vai aumentar a arrecadação do IPE, poderá ser reduzido o percentual dos aposentados, de 50%. O IPE sempre alega que se isentar ou diminuir a contribuição do inativo, ele vai ter um problema de ordem orçamentária muito grande. Então com a instituição deste quadro também vai corroborar para para esta proposição nossa.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Não foi com a garantia agora do vencimento integral de aposentadoria. Veja, tenho uma preocupação. O Presidente do IPE trazia dados (inaudível)... e alguns até não foram compelentados, casos de auditoria, quanto a questão do IPE. Na medida em que você aposenta a pessoa com 'vencimento integral acho que aí a correspondência do vencimento da atividade e inatividade é o mesmo. Se estava ~~ganhando~~ ganhando 100 na atividade que se aposentou continua ganhando 100. Certo?

Então se ele continua ganhando 100 eu não vejo muita justificativa na questão aí, porque se vai melhorar ou vai repor alguma coisa no salário, mantém-se a mesma situação. Então quanto a este aspecto a justificativa parece-me um pouco duvidosa. Não sei se de repente este IPE... e precisaria que nos trouxessem dados ~~de auditoria~~ de auditoria e com essa absorção do celetista, com a absorção ou não dos aposentados; uns são o Estado quem paga; outros, o IPE.

Evidentemente queremos decidir com responsabilidade no sentido de não viabilizar o IPE porque não interessa ao Servidor inativo. Por outro lado, não queremos transformar o IPE em um dependente do próprio Governo. E dizia o Presidente do IPE que (Ininteligível) ... na hora de uma crise financeira o Estado injeta dinheiro.

Mas eu acho que é uma coisa muito simplista. Quer dizer, nós ficamos sempre na expectativa de o Estado - e quando acontece alguma coisa numa Instituição

O SR. NEREU MASSIGNAN: ... numa instituição, ele vai lá e põe dinheiro.

Isto também não é muito correto, porque o dinheiro do Estado não é só do servidor inativo. De repente se o IPE se inviabiliza, o Estado tem que injetar recursos financeiros. Na verdade, então, estaria-se até privilegiando um certo setor, quando a administração tem que ter uma visão globalizada de todos os problemas. Então, neste aspecto, a minha posição não é contrária. Mas, também não é favorável. Eu confesso aos senhores e aos Deputados que estou com dúvidas em vários assuntos. Enormes dúvidas. O Deputado Kirinus me perguntava agora qual era a minha posição a respeito dos peritos, se vão para o Ministério Público, se para o Tribunal de Justiça ou se ficam na Polícia Civil. Eu não sei.

Esta questão do IPE, também. E o problema do Tribunal de Alçada, se centraliza ou não, se extingue ou não. Dentro deste aspecto está sendo muito criativo o debate na constituinte porque o que está surgindo de dúvidas e de incertezas nos constituintes! Olha, eu declaro aqui com absoluta sinceridade: não tenho ainda a convicção de vários assuntos, polêmicos, que eu levantei aqui, inclusive como nós vamos viabilizar isso. De repente aparecem 3 % a menos. Podem corresponder a um volume se não inviabiliza de credibilidade. De repente a alternativa é outra, e não através de desconto, outro tipo de benefício ou compensação.

O SR. DAVI CHERIEGATE: Deputado Nereu, me permita um aparte. O funcionário desconta 8 % durante toda a sua vida profissional para chegar à aposentadoria. E quando ele chega à aposentadoria, é um prêmio pelos anos de serviços prestados. Então, assim me parece que seria mais justo, realmente, que o inativo tivesse uma vantagem a mais daquele que está na atividade.

O SR. NEREU MASSIGNAN: O meu raciocínio é diferente. Mas, eu concordo com o princípio. O estudo da previdência, não só o IPE como o INPS, INAMPS, tudo isso, eles têm que se viabilizar. Não só para mim, para nós, que somos vinculados, mas também às futuras gerações. Eu vejo a coisa como permanente. O que não pode acontecer é o que acontece hoje, que nós temos um instituto de previdência que está sempre inviabilizado. De repente está no vermelho, vem o ministro zera o déficit, vem outro e aumenta o déficit. Quer dizer, esta insegurança em relação à assistência médica, ~~xxx~~ os hospitais de repente páram porque o INAMPS não paga e tal. Então, ~~xxxxxxxxxxxx~~ se você beneficiar o aposentado, que eu acho correto, e prejudicar todo um processo permanente, das gerações vindouras, e das gerações que estão usufruindo disso. A minha visão é no sentido de que estas coisas sejam permanentes e viabilizadas. Compete ao aposentado, ao não aposentado. A minha preocupação é neste sentido. De repente, 3 % de cem ou duzentos cruzados, é seis cruzados. Para o funcionário pode representar pouco. Agora, para o IPE pode

representar bastante. Eu não sei. São dados de vistoria que deveríamos fazer e proceder, para ~~XXXXXXXXXX~~ poder julgar com mais sensatez.

O SR. DAVI CHERIEGATE: Vou fazer uma pergunta ao Dr. Ivan que talvez até encaixa com o seu pensamento. No IPE, que é o instituto que existe para dar atendimento médico, aposentadoria, para o funcionário público. Qual é a participação efetiva da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná na administração do IPE, na decisão ou nos conselhos do IPE? EU acho que este assunto seria muito importante.

O SR. IVAN DE QUADROS: Realmente, este assunto é muito importante. Foi bom tocarmos no assunto do IPE porque temos muita coisa para conversar sobre isso. O IPE é um instituto criado por lei especial e que vive da contribuição dos funcionários públicos. Então, se assemelha, mais ou menos, à uma associação., uma entidade de classe, só que vinculada ...



IVAN CLOVIS -... só que ela está vinculada ao serviço público.

Então, o que ocorre hoje no IPE é que a lei que criou o IPE diz que no Conselho do IPE terá um representante da ASPP. Nós temos o representante.

Mas acontece que o Conselho do IPE, as decisões do Conselho são muito difíceis de serem acatadas pela diretoria executiva do IPE. Temos encontrado muita dificuldade nesse sentido, porque o Conselho se reúne esporadicamente e as decisões são tomadas, mas quem resolve é a diretoria do IPE. Então, o que a Associação pretende realmente é colocar um representante da Associação na diretoria do IPE. Num dos cargos de diretor do IPE, parte executiva do IPE. Isso é fundamental.

NEREU MASSIGNAN - O IPE não interessa apenas aos inativos. O IPE interessa também aos funcionários na atividade.

IVAN CLOVIS - A nossa proposição é mais abrangente ainda. É que o superintendente do IPE seja um servidor público ou da ativa ou inativa.

Nós sabemos que o cargo de superintendente do IPE a escolha é do Governador, mas nós gostaríamos que fosse inserido na lei que fosse um servidor público mesmo escolhido pelo Governador. E que um desses cargos seja indicação da ASPP para que haja uma participação mais efetiva da ASPP.

Eu digo isso pelo seguinte. A lei no IPE diz especificamente que os objetivos do IPE é prestar assistência médica hospitalar gratuita para os funcionários públicos. E isso não acontece. Por que não acontece?

Porque a arrecadação do IPE ela entra no orçamento do Estado e depois o Estado redistribui para o IPE aquilo que convém. Quer dizer, a contribuição dos 8% não vai diretamente para o IPE. Então, isso cria um problema enorme para a administração do IPE porque ela não pode prestar assistência.

DAVID CHERIEGATE

~~dauid cheriegata~~ = Dr. Ivan, essa sua afirmação aqui é de grande gravidade.

IVAN CLOVIS - Sempre aconteceu. Nós já denunciemos isso; já

pedimos aos governadores anteriores, a esse governador, todos eles para que a arrecadação do IPE fosse repassada para o IPE diretamente para poder prestar assistência médica e hospitalar gratuita. E a direção do IPE diz que não podem prestar, porque eles não recebem a contribuição de 8%, toda, do IPE.

NEREU MASSIGNAM - Então, vejam bem. Nós estamos discutindo aqui

se o ~~Estado paga~~ aposentado paga 3% ou não, quando na verdade o assunto é outro. Não só o Estado do Paraná, mas a União não paga. Esse compromisso dele como empregador de União e Estado de pagar a sua cota. Se a União e o Estado pagassem, acho que essas questões aqui eram menores.

RAUL LOPES - Eu estou observando atentamente porque ontem nós

analisamos a municipalização do quadro de saúde no Estado do Brasil e do Estado do Paraná. E o companheiro, é lamentável que ele esteja ausente, companheiro Pessuti, sustentou no fortalecimento da também ausente Deputado Vera a Gibert, que está tudo bem.

Dado o adiantado das horas eu não quis abordar que não está absolutamente tudo bem. Está ruim, lamentavelmente ruim. E quero que fique bem constatado e caracterizado nas notas taquigráficas que vamos desenvolver trabalho nesse sentido, porque aí está agora o presidente mostrando um quadro previdenciário, que é um quadro gritante, vexante a nível nacional, vimos hoje ainda através de noticiário nacional, o Governo reclamando que estão recebendo atrasado para pagar o quadro previdenciário, 3, 4 meses atrasados. E o Paraná não foge à regra. Lamentavelmente o Governo tem se apossado desse valor para administrar em outras áreas. Lamentavelmente o Governo tem buscado na empresa privada diretor para o exercício daquela função administração como se ele estivesse administrando sua própria empresa hospitalar privada.

No organismo da segurança pública o quadro é lamentável.....

29/03/89

mlm

11,25 hrs.

-1

O SR. RAUL LOPES:--... é lamentável, é deplorável, em que se encontra o funcionalismo civil e militar. É lamentável, não existe uma estrutura adequada tanto que a corporação policial / militar sentiu a necessidade de num tempo, pagando do próprio bolso do soldado e construir um hospital para poder manter porque o Estado não dá.

E, eu fico aqui, prezado companheiro Dr. Ivan, cheguei um pouco atrasado, mas li rapidamente e enfoquei aqui um aspecto todo especial para o funcionalismo quando ele entra neste estado de deficiência física, deplorável, de andar mendigando.

Então, meu caro companheiro Nereu Massignan/vamos, dentro do tempo que nos resta, porque temos a fase seguinte desta Constituição polêmica, discutir, e vamos levantar, vamos tentar suscitar estas dúvidas e levantar o que há de melhor neste quadro, nesta área, nas aspirações que o Sr. vem lutando. Eu tenho assistido, agora neste exercício o Sr., outrora outros a encostar-se nestes corredores, pedindo ~~XXIX~~ clemência, pedindo para que melhorem salários.

É lamentável o que a gente vê aqui, porque / outras instituições também de nível de um Poder, que é o da Justiça, também sob pressão conseguiu, conquistou, alegando, na sustentação/ do líder do Governo que os salários estavam defasados. Defasados estão os funcionários públicos! e o Governo retomou o processo de Veto, -é lamentável!

Vamos vêr, e esta Constituição será escrita/ por nós, Constituintes, e que não haja a intervenção do Governo, no sentido de vetar, porque não estamos fazendo para o atual Governo, estamos fazendo para o Paraná! O Paraná novo como se diz.

Desculpe a forma emocional e vibrante com que eu coloco as coisas aqui, é lamentável. Graças a Deus houve a oportunidade, neste Brasil de escrevermos uma Constituição, está aí a /

29/03/89



mlm

11,25 hrs.

-2

hora, o momento de tentarmos corrigir, mesmo que para tal não haja/ tempo necessário, mas vamos, vamos tentar fazer* Porque a continuar como está não adianta, é balela, é falsidade!

E no que disse, muito bem, em resposta o prezado companheiro, sustentando o quadro deprimente que se encontra o/ funcionário público, no inchaço, e em cima desta posição dos Gover- nos vivem a tentar colocar para a rua todos aqueles que entraram pe la janela, e como tal vêm prejudicando, desgastando, demoralizando, desconceituando o funcionalismo, de modo geral, o militar não existe isso porque ele está debilitado com falta de pessoal, está carente .

Mas eu quero dizer que nós, políticos, estamos vivendo a mesma situação, estamos sendo pintados, apontados como ~~XX~~ responsáveis por todo este processo nacional. Aqui, lamentavelmente, todos entraram dentro da maior dignidade e decência, poderiam fazer aqueles políticos que entraram com base no poder econômico, e como tal estamos aí a carregar um quadro bastante depreciativo, negro.

Dr. Ivan, eu companheiro Raul, vou estudar,/ vou me debruçar, vou defender, vou sustentar, e na Sessão polêmica,/ na Tribuna desta Casa, irei sustentar, porque há 33 anos vivo neste/ Estado e vejo coisas horríveis acontecerem! Se nós não arrumarmos a gora, não vamos arrumar nunca!

Desculpe, mas está atravessado na garganta, porque ontem diziam aqui:-" Não está tudo bom!" Esta tudo bom nada, pode estar bom num município ou noutra, mas não no geral!

O SR. PAULINO DELAZARI:- Dr. Ivan, três preocupações e já firmo uma

posição sobre a questão da destinação dos/ recursos arrecadados pelo IPE. Acho que podemos, nesta Comissão ma- nifestarmos uma posição interna, talvez a nível de Emenda, no senti- do que obrigue o Estado destinar aos cofre do IPE todo o produto da arrecadação. Nós vivemos aqui e eu vejo pessoas ligadas à administra ção pública estadual fazer críticas veementes à Previdência, pela/

não destinação de recursos arrecadados para finalidades previdênciaa

29/03/89



mlm

11,25 hrs.

-3

rias.

Portanto se vier uma análise na forma de Emenda/ à Constituição do Estado, eu, particularmente o David, e demais / membros da Comissão, patrocinaremos até, embora a outra Comissão de va se manifestar a este respeito.

Sobre a administração do organismo...

11:30 - 1 -

O SR. PAULINO DELAZARI... sobre a administração do organismo que / não pertence a um Governo, porque um Governo é muito eventual, é muito rápido, é de 4 anos e a intervenção Política de um Governo dentro de um Instituto de Previdência que trata da vida, do futuro e do presente de milhares e milhares de / pessoas não pode ser dessa forma, uma intervenção meramente Política, ela tem que ser, o Instituto tem que ter uma gestão permanente que tenha uma Política permanente e não eventual através de Governos. Por isso, a superioridade da participação da administração / por parte de Funcionários Públicos, eu também faço questão de apoiar uma emenda desse porte, desde que se tenha um conselho deliberativo, um poder deliberativo e um conselho fiscal muito aperfeiçoado, entregar a gestão majoritária desse organismo para o Funcionário Público, que a eles pertence, que não sejam Governos que a- / administrarão melhor do que quem é permanente, porque o Governo é eventual. Então, deixo essas duas posições manifestadas e espero / contribuição na forma escrita da Associação, para que a gente possa a melhor ^{defender} ~~debater~~ também esse ponto de vista que interessam à ~~se-~~ / ~~cidade-~~ Associação e aos Funcionários Públicos.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Deputado, me permite só um aparte.

Nós temos visto que o IPE, eu não colocaria nesse Governo, ao longo da história do IPE, do IPE do PARANÁ, o IPE tem sido, ~~uma~~ Instituição de diretoria do IPE tem sido preenchido, quase na grande maioria por Políticos que não foram felizes ^{disputas de} nas eleições, foi assim em vários Governos. Agora mesmo o Diretor Administrativo e Financeiro do IPE é um amigo particular meu, mas ele não conseguiu ser candidato a Prefeitura da minha cidade, foi dado como prêmio para ele a Diretoria Administrativa e financeira do IPE, pode ser competente, não coloco dúvida nisso, mas é completamente alheio ao funcionamento do Instituto. Então, acredito que realmente a Constituição tem que consagrar. Porque nós não podemos ficar discutindo aqui se o funcionário inválido, aposentado, vai pagar 100% ou 50%, enquanto o Estado está arrecadando e não

29/03/89

11:30 - 2 -

ACS



O SR. DAVID CHERIEGATE... e não repassa o total arrecadado. Então, eu acredito que a Constituição tem que consagrar isso, que a arrecadação do IPE seja dada ao IPE e que a Diretoria seja ocupada por Funcionários Públicos, porque o IPE é do Funcionário Público, ele não é de Governo. Então, só para colaborar com as suas afirmações, eu acredito que a Constituição Estadual tem que consagrar esses direitos, independente se hoje nós temos o Governo Álvaro Dias e ontem tivemos o Governo José Richa, definitivamente consagrar esses direitos, porque eu acredito que a partir daí a situação do IPE deverá dar o melhor atendimento para a área de saúde e na aposentadoria. Talvez não faltem mais o dinheiro para pagar a aposentadoria do servidor.

O SR. PAULINO DELAZARI - A posição mais radical é dizer que se transforma em crime de responsabilidade de Governo que não repassar frutos (inaudível) ... contribuição dos previdenciários, do seu organismo, vai tratar da sua saúde, da sua aposentadoria, tem que ter responsabilidade, isso é fundamental ser fixado porque senão daqui a pouco não há punição, também não há consideração pela legislação.

3ª questão que eu queria abordar e que não vi aqui nesse documento, uma manifestação clara, explícita e que eu acho fundamental é que o Funcionalismo Público, ele não vê como perspectiva de futuro, mas não só pela questão salarial imediata, isso é um agravante conjuntural, não é estrutural. Mas a questão da carreira interna do Funcionalismo Público, pelo menos da administração direta e indireta também, porque hoje um Governo assume, nomeia um / Secretário de Estado, o Secretário de Estado...

29/03/89

EZ

-1-

11:35

O SR. PAULINO DELAZARI-...Secretaria de Estado, que nomeie o chefe / de Gabinete, o diretor geral, o chefe do GTS, o chefe do não sei mais o que, tudo cargos em comissão, mas, podendo levar funcionários estranhos ao organismo para dentro da administração daquele organismo. No meu entender, isto é administração presidencialista, e eu não concordo com ela porque ela é autoridade, ela é alienígena até, ela é opressora. Depois como que o funcionário público vai ter estímulo dentro de uma Secretaria de Estado, / para trabalhar, para crescer, para se formar melhor, para estudar, para ...se ele não tem perspectiva de carreira; se dificilmente, ele vai chegar a ascender no quadro da Secretaria; ou de uma empresa estatal.

É fundamental que ele tenha expectativa de crescimento / interno. Eu digo até, e vejo que nos Países desenvolvidos isto acontece, e acontece nos Países sérios, pelo o que a gente conhece aí as informações; um Ministro não leva mais do que ele próprio, e um chefe de gabinete, e uma pequena assessoria para dentro, porque todos os outros cargos são preenchidos por funcionários de carreira que integram aquele organismo todo. Foram até escolhidos para / aceitarem comissão, mas, que seja até por aceção administrativa, funcional, competência; por merecimento, por provas e títulos / que possa apresentar.

Então, eu queria aqui, e penso que a Associação deveria se preocupar com isto; pois, o setor público só vai ser um organismo, que vai ter credibilidade, respeitabilidade, à medida que os funcionários tiverem esperança, tiverem expectativa de vida mais digna, e até expectativa de aceção funcional, política, enfim isto vai / melhorar para o serviço público. Porque hoje, também se for fazer / uma auto crítica, o funcionalismo também tem um preço a pagar.

29/03/89

EZ

-2-

11:35



Porque, claro, fruto do autoritarismo , ele nunca enfrentou os poderosos governantes , e se omitiu pelo lado mais fácil do comodismo , procurar um segundo emprego , transformando em "bico", como a gente conhece centenas e centenas de funcionários . E o funcionário público precisa fazer sua auto crítica; ele não pode deixar / essas lacunas de fuga, para levar a Associação, ele tem que mover uma luta política, para mudar esta situação que oprime e oprime a sociedade; e oprime os governantes , porque os governantes até muitos têm interesse nessa situação.

Então, deixo esta sugestão, e espero que tenha sido / compreendida , para que pudéssemos nos subsidiar , no sentido , de tomarmos uma meia estação, que atenda estes princípios , estas idéias, O SR. IVAN CLÓVIS- Nós vamos preparar e encaminhar ao Deputado, para que sejam passadas nas outras comissões, e nós vamos pedir também que sejam emendadas na minuta, nesta e nas outras comissões. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (DJALMA DE ALMEIDA CESAR)- A palavra está livre.

Concedo a palavra ao Deputado relator, Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS- Tenho uma série de colocações, mas, que levaria muito tempo, e a gente poderia talvez, fazer em uma outra oportunidade. Gostaria de dizer que a gente concorda com a posição de que o repasse sejam obrigatórios, desde que, o Governo, e os cofres públicos também sejam isentos de cobrir os vários prejuízos , eu acho que deve ser uma via de duas mãos.

Nós vamos querer que o Governo quando tiver dificuldade , venha socorrer o setor de recursos , e que seja obrigado a repassar, quando tem recursos. Então, nós temos que realmente romper este cordão umbilical , para criar também a responsabilidade da iniciativa. Bem, isto cabe à outra comissão, e não a nossa. Mas, concordaria, desde que, seja desvinculado então. Que não haja mais obrigatoriedade do Governo , dos cofres públicos , e cobrir possíveis déficits que

29/03/89

EZ

-3-

11:35

venham a ocorrer. Nem que seja então, um repasse obrigatório.

Um outro aspecto , -eu não sei se estou equivocado ou não, - mas, quer me parecer que no tocante ao diretor administrativo, Deputado Paulo da Costa Marques, senão me engano, não é pessoa tão estranha ao IPE , porque é professor durante muitos anos, é ligado ao IPE, através da sua profissão , como professor.

Não sei se ele desistiu de ser professor , não entendo. Mas, seria um tanto injusta esta atribuição, se bem que existem outros exemplos ...



29/03/89

-1-

11:40

ARO

O SENHOR GERNOTE KIRINUS - ... se bem que existe outros exemplos, talvez, mais assentados.

O SENHOR DAVID CHERIEGATTE - Sou professor municipal de Cascavel.

O SENHOR GERNOTE KIRINUS - ...Exato. Mas, na Nova Constituição, aqui, o próprio Presidente (inaudível).

Bom, em relação às observações quanto aos cargos em comissão, que me parece se já não chegou deverá chegar à Casa a extinção de uma série de cargos em comissão da Casa Civil, que o Governador Álvaro Dias está extinguindo, me parece que o Governador está, mais ou menos, neste mesmo caminho.

Embora se diga também que os cargos em comissão têm o seu ~~seu~~ uso, têm a sua necessidade também como cargos de confiança e não podemos, simplesmente, extinguir a todos, ao contrário o Deputado ~~XXXXXX~~ na cidade do interior não teria funcionário como cargo de ~~XXXXXX~~ comissão de confiança dele. Assim, eu ~~XXX~~ acho que ele merece, realmente, ser olhado com cuidado.

A gente que já passou pela 1ª Secretaria sabe que na Assembléia Legislativa existe este vínculo obrigatório de que seja funcionário da Casa tivemos dificuldades. Numa mudança depois de mais de dezesseis anos de repente, o, então, PMDB chega à administração e o nosso Consultor, Dr. Maia, na segunda semana de entrevista chegou à conclusão de que, realmente, tinha que suspender os trabalhos, porquanto não encontrava dentro do quadro da Assembléia pessoa, que, realmente, estivesse dispostas a enfrentarem a batalha da reforma administrativa. Felizmente, encontramos nos funcionários ti

29/03/89

-2-

11:40

ARO

~~XXXXXXXXXX~~

tidos como fantasmas um grande recurso humano que levou ' adiante a reforma administrativa. Funcionários que eu con- sidero o ~~XXXXXXXX~~ fantasma de má fé e o fantasma de boa fé. O fantasma de boa fé é ~~XXXXXXXX~~ aquele funcionário competente que, durante estes longos anos do regime autoritário, como a Assembléia Legislativa não tinha outra função se ' não a de Assistência Social e a de aprovar títulos de ci- dadãos ~~XXXXXXXXXXXX~~ honorários e projetos de utilidades ' públicas e etc., dizer amém para o ~~XXXXXXXXXXXX~~ que vinha ' do Executivo, estes funcionários competentes foram para ' a iniciativa privada, se aposentavam na Assembléia e (inau- dível) e como não são afeitos a ficar tomando cafezinho, puxar "saco" e ficar fazendo fofocas no corredor, eles ' iam para a iniciativa privada e se apresentavam durante um mês, dois, e como não tinham serviço para eles acabavam ' ficando por lá mesmo e recebendo por aqui.

E quando foram convocados, na ' nossa gestão, vieram e deram uma grande contribuição à ' Assembléia, descobrimos verdadeiros valores em muitos fun- cionários, que eram tidos como fantasmas. Não estavam mais na Casa, vinculados à Casa, mas, passaram a ser vinculados e deram uma grande contribuição.

Agora, colocando o aspecto, se não tivesse este tipo de funcionário que fomos buscar, ' lá na iniciativa privada, talvez seria muito difícil encon- trar de diretores e assessores defendendo esta causa.

Esta experiência eu ~~me~~ vou ' deixar relatada para não sermos tão injustos e querer eli- minar todos os cargos em comissão. E aceito a hipótese de que existe, talvez em excesso. Agora vincular, simplesmente, ao quadro eu tenho minhas dúvidas se isto funcionaria. Até porque o Governo, ^{são} ~~está~~, como já foi dito aqui, transitórios



29/03/89

-3-

11:40

ARO

transitórios e o cargo em comissão também é transitório! Quem aceita um cargo em comissão, sabe que ele está correndo o risco de daqui a quatro anos ou dois anos, porque finda a gestão deste Governo, ter que deixar este cargo.

As dúvidas, Eu tenho minhas dúvidas quanto ao parágrafo 2º, que fala do gozo das férias, que ~~serão~~ ^{serão} contadas em dobro quando não gozadas. Eu me pergunto se as férias é um direito, neste argumento de que todo o ser humano precisa de um período de descanso, por isso deu as férias, ao não gozá-las. Premendo o não gozo das férias nós não estaríamos entrando em contradição com o argumento que prevê as férias como um descanso necessário? Não sei se isto aqui, que criou tantos problemas à administração, como foi colocado ~~xxx~~ pelo Secretário Mário, disse que as aposentadorias precoce, inclusive, muitas delas, onerando e engrossando os trinta e nove...

29.03.89/OTM

KIRINUS

O SR. GERNOTE ~~XXXXXXXX~~ - ... os 39 mil inativos segundo os dados conhecidos aqui ontem, se isso aqui deve ser completado, é uma dúvida que eu tenho. Da mesma forma seria a questão da Licença Premio, que também me parecer entraria nesse mesmo tipo de contagem, isso em dobre, o que já gerou outros artifícios, ~~XXXXXXXX~~ criar o famoso aposentado Saul Raiz, que com poucos anos de vida ~~já~~ já estava se aposentando, ~~xxxx~~ contando tempo de vida teria entrado no funcionalismo público já na infância. Então eu tenho minhas dúvidas quanto a permanência disso ou não, eu me respaldo na opinião dos demais Deputados na qualidade de Relator não quero forçar a minha opinião, mas que seja realmente uma decisão em conjunto. Enquanto aos 25 anos de serviço, insalubres penosos. Penosos eu não entendi bem a que se refere.

O SR. BARAUNA - Sr. Deputado, me permite, esse penosos já vem da Constituição Federal, está dependendo assim de uma regulamentação, por isso não temos de momento argumento convincente para responder.

Com referência a invalidez permanente, o nobre representante da Associação, meu colega Ivan, ao se referir a invalidez permanente, ele disse que talvez por um lapso de momento, a Constituição Federal, vocês podem notar ela fala em proventos integrais e proporcionais na mesma invalidez permanente. Eu não vou me estender porque a minha justificativa está bem explicada. Eu acho de uma incongruência até médica, porque a invalidez se é permanente, ela não pode ensejar proventos proporcionais ou é proporcional ou não é proporcional e a Carta Magna Federal ela fala em ~~propor~~ proporcional e integral. Eu acho então que os nobres Constituintes do Paraná eles não vão de encontro a Carta Magna eles vão ao encontro dos anseios do povo e do funcionalismo em geral.

Finalizando, a contagem de tempo a Federal também expressa que será contado para todos efeitos legais o tempo Federal, Estadual e Municipal, nós inovamos na nossa proposição que o tempo do Paraná, o tempo Estadual será contado como até hoje para todos os efeitos legais e acrescentamos que a par do tempo Estadual, será também contado o tempo Municipal prestado ao Estado do Paraná. Isso eu quero afirmar

afirmar aos senhores que no meu Departamento Jurídico, tenho atendido a centenas de casos e a prova disso está na Secretaria de Administração, tem milhares de processos parados por causa dessa contagem de tempo Municipal. Eu acho totalmente válida, é uma unidade administrativa nós estamos no Paraná, eu acho que o município do Paraná deve receber o mesmo tratamento que recebe o que está contando tempo Estadual, ~~ele~~ ~~deve também contar~~ o funcionário deve contar o tempo Municipal para todos os efeitos legais.

O SR. GERNOTE KI INUS - Se nós estamos ...



O SR. GERNOTE KIRINUS:- ...Se nós estamos tratando aqui da ^{unificação} ~~unificação~~ do quadro dos ~~servidores~~ servidores, um outro artigo que fala dos acréscimos, vencimentos, aliás ^{de completar os 30 anos de serviço} ~~(...)~~ com mais 5% por excedente ao ~~homem~~ homem, 15% se for mulher; esse salto de 5 a 15 numa discussão que estamos fazendo da igualdade, pelo menos em certo aspecto, às mulheres, esse salto de 5 a 15%, eu não entendo por que.

(CONVERSAS PARALELAS)

O SR. BARAÚNA :- É justamente pelo tempo de serviço. Hoje infelizmente há uma tendência assim para a igualdade total. Isto é moderno, mas infelizmente ainda exist~~em~~ esta desigualdade. Então na nossa versão também houve uma diferenciação entre os adicionais, o homem que se aposenta aos 30 com um adicional maior do que a mulher que se aposenta aos 25, mas não deixando também ela de receber o adicional porque agora ela se aposenta aos 25 sem nenhum adicional. Eu acho justo ela se aposentar aos 25 também com adicional ...inaudível), mas também com adicional. É a justificativa que teria a dar.

O SR. GERNOTE KIRINUS:- Nesse mesmo ainda que fala de um parágrafo...

(inaudível) parágrafo 2º, são reconhecidas as mesmas vantagens aos integrantes da corporação militar. Se nós falamos de um quadro único, precisa fazer esta diferenciação?

O SR. BARAÚNA:- Realmente foi meio repetitivo na Constituição anterior.

Foi mais uma consolidação do que já existe. Foi bem ~~posta~~ posta a sua pergunta, mas foi uma consolidação, um direito já adquirido.

O SR. GERNOTE KIRINUS:- Uma última indagação quando fala aos servidores tanto civis quanto militares do Estado do Paraná que já obtiveram seus vencimentos acrescidos de adicionais fica assegur^{da} as vantagens obtidas na forma do artigo 70, parágrafo 1º da Constituição de 67, Emenda Constitucional nº 3 de 71.

Uma pergunta técnica: essas Constituições, essa referência a Constituições passadas...



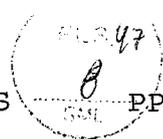
ela teria validade? Não seria melhor então transcrever o que é porque estamos nos referindo a Constituições que já não estão mais em vigor?

O SR. BARAÚNA:- A atual Constituição ainda é vigente, Deputado.

O SR. DAVID CHERIEGATE:- Só mais uma pergunta, talvez para encerrar a minha participação. Ontem eu fiz esta pergunta ao Secretário da Administração, e gostaria de aproveitar também a presença do Diretor Jurídico x da Associação dos Servidores Públicos, com relação a possibilidade de se implantar no Paraná a aposentadoria proporcional, ~~xxxxxxx~~ Eu faço esta pergunta porque nós temos uma ligação muito grande em vários setores do funcionalismo público e sentimos um interesse muito grande desses funcionários ~~públicos~~ que nos procura e que existem funcionários, por exemplo, com 20.21 anos de serviço e que gostariam de partir para a iniciativa privada, mas não partem porque não querem perder o tempo de serviço.

Então,, qual a visão da Associação dos Servidores públicos com esta possibilidade, por exemplo, de se implantar na nova Constituição estadual ou em leis complementares, futuramente, a aposentadoria proporcional, a partir é claro de uma certa data mínima, de um prazo mínimo para que haja...

O SR. IVAN C. DE QUADROS:- Eu, pessoalmente, sou favorável que seja aprovada a aposentadoria proporcional, sou favorável, porque ela vai favorecer assim uma quantidade muito enorme de funcionários públicos que estão hoje aí com 15, com 12 anos de serviço público e ~~que~~ com uma contagem de tempo de serviço recíproca que também se incorpora...



O SR. IVAN CLÓVIS DE QUADROS - ... incorpora ao vencimento, ao tempo de serviço, poderá ele completar um tempo de serviço que poderá ser de 15 ou 20 anos para que ele possa se aposentar proporcionalmente e depois ele conseguindo um outro emprego fora, ganhando uma aposentadoria menor, mas tendo uma oportunidade ainda de, jovem ainda, conseguir um emprego fora e melhorar os seus vencimentos. Então, eu pessoalmente sou favorável a essa aposentadoria proporcional.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César) - A palavra está livre.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Só para concluir, eu gostaria de dizer da satisfação que nós tivemos porque é uma oportunidade que nós temos de debater com a Associação dos Servidores Públicos os problemas inerentes a esta classe. E quero cumprimentar o Dr. Fernando Baraúna e o Dr. Ivan de Quadros pela maneira muito correta e muito eloquente com que trouxeram aqui assuntos para o nosso debate da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César) - Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu me dou plenamente por satisfeito. Foi muito importante, muito útil esta manhã, onde a gente conseguiu a problemática dos servidores públicos do Paraná, suas preocupações, e certamente nós teremos agora uma tarefa difícil que é nós começarmos pelo nosso anteprojeto, que será o "boneco" da Constituição, e que venha contemplar aqui as aspirações da maioria dos paranaenses. Essa é uma tarefa difícil, 54, aqui nesta Comissão 12 Deputados, e nós temos a atribuição de exercer essa tarefa.

E para finalizar eu gostaria de fazer duas observações extras ao discussão do tema para o andamento do nosso trabalho. Primeiro eu gostaria que o Presidente gestionasse para fazer cumprir o art. 68 do Regimento Interno, onde diz o seguinte: "que as atas das reuniões das comissões lavrar-se-ão com o resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia". Eu reitero este pedido, tendo em vista que para nós é muito importante todos os

os depoimentos que foram ditos aqui, são argumentos fundamentais durante todo o processo constitucional, agora na Comissão Constitucional e depois no 1º turno, e nós não ~~temos~~ temos isso documentado, onde que encontramos são as notas taquigráficas que realmente muito bem registram tudo. Então, eu ~~af~~ faço um apelo ao Presidente para que faça uso da estrutura da Casa que no Regimento está à disposição da Constituinte Estadual, temos uma gráfica, um serviço beleza da Casa, para que nós tenhamos publicado para a disposição de todos os constituintes as notas taquigráficas, de tudo que tem ocorrido nas comissões. Eu vou pleitear também na outra Comissão, na Comissão de Ordem Econômica e Social, da qual faço parte, e vamos levar as outras comissões também o trabalho deles porque esse vai ser a "nata" que nós vamos ter para fazer uso nesse processo constituinte. Na semana passada eu procurei via requerimento a assessoria desta Comissão quebrou a cabeça para conseguir cópias por causa do limite dos xerox que a Casa dispõe.

Outra gestão do Presidente que eu estou requerendo; já é a segunda vez que eu recebo uma comissão do Serviço de Taquigrafia que realmente eles estão com um super acúmulo com os trabalhos da Constituinte e até agora não foi discutido com eles pela direção da Constituinte, pela Presidência da Constituinte, as suas horas-extras, tiveram até ~~xxxx~~ dias aqui que tinham 3 comissões trabalhando, e quando nós vamos embora eles continuam até 9, 10 horas da noite concluindo o seu trabalho. Então, eu solicito ao Sr. Presidente que gestione junto ao Presidente Aníbal Khury para que ele chame a representação dos taquígrafos aqui da Casa que têm o seu trabalho acumulado agora para que negociem as suas reposições por aqueles que perdem a sua aula, tem que fazer hora-extra, ou gratificação. Ontem eu recebi uma comissão que solicitou e eu como Constituinte tenho que reivindicar...



O SR. PEDRO TONELLI - ... aqueles que perdem a aula, que tem que
 fazer hora extra ou gratificação, enfim que gestio-
 ne isso junto aos taquígrafos. Ontem eu recebi uma comissão que
 solicitou e eu como constituinte tenho que reivindicar. E por fim
 reiterar o apelo feito quando na ausência do relator, pelo Presi-
 dente, eu quero reiterar, se possível na sexta-feira, ou sábado
 que nós da comissão tenhamos o relatório do relator para que possa-
 mos trabalhar com nossas assessorias, para segunda-feira apresen-
 tar as emendas, as propostas ao relatório do relator, para que
 no dia 6 possamos concluir e entregar nosso anteprojeto à C. Consti-
 tucional. São os 3 apelos finais.

O SR. PRESIDENTE - Apenas como informação gostaria de dizer que com
 relação à gratificação aos nossos assessores e aos
 taquígrafos, nós já conversamos a esse respeito e solicitei a ~~emissão~~
 emissão de um Ofício ao Presidente da Constituinte, afim de que
 possamos viabilizar uma gratificação. E quanto ao ~~Ofício este~~
 Ofício este seria assinado pelo relator e por esta Presidência.
 Esta Presidência vai fazer o possível e o impossível para que se-
 jam cumpridos os prazos. Eu pediria a nossa assessoria que envide
 todos os esforços, tome ~~a~~ todas as providências para que possamos
 atender às questões de ordem colocadas ~~por~~ pelo Dep. ~~Pedro Tonelli~~
 Pedro Tonelli. E eu quero reiterar mais uma vez ao Dep. Gernote
 Kirinus que ao início desta reunião nós solicitamos ao Dep. inte-
 grantes dessa reunião que a nossa última audiência será realizada
 amanhã às 9.30 com o pessoal da COMEC. Na sexta-feira não teria-
 mos expediente e nós vamos permitir que o nosso De. relator possa
 elaborar, portanto, o seu relatório e se possível fazer com que
 cópias dele sejam distribuídas aos Srs. Deputados, ~~afim de~~ afim de
 que nós pos-
 samos, no final de semana, estudar, fazer uma análise, para que a
 partir de segunda, terça e quarta possamos concluir, discutir, emen-
 dar e votar o anteprojeto. E no dia 6 de abril encaminhar à Comis-
 são Constitucional. Eram essas as considerações que eu ...

29.3.89-ircc 12:05 C. Org. Estado e Municípios 1-
O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida Cesar) - ... a Comissão Constitucional. Então eram estas considerações que tinha a fazer.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Só confirmando ainda, Presidnete, ontem estivemos reunidos à noite com nossa assessoria elaborando e realmente faltavam peças importantes (ininteligível).... servidores públicos. Pretendemos não oficialmente mas pelo menos o nosso esboço fazer chegar às mãos dos Deputados, não oficialmente porque também me permito dar uma última lida. Ele vai vir não assinado por mim mas a intenção do que vai se apresentar na segunda-feira. Até me permito isso porque se eu assinar já será definitivo. Então passo aos Deputados para que vão lendo e preparando as emendas.

Quero dizer também que esse anteprojeto é um anteprojeto. É uma idéia que a gente conseguiu subtrair das reuniões das Comissões, não é uma idéia minha. Será colocado sobre a mesa e será permitido usar o "bisturi" à vontade nas emendas porque no final deverá sair um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida Cesar) - Acredito que os objetivos desta reunião foram alcançados.

A partir de segunda-feira, segunda, terça e quarta nós estaremos debatendo, discutindo o relatório do Deputado Gernote Kirinus. Inclusive ~~será~~ através de requerimento que será ~~discutido~~ discutido amanhã em Plenário, estamos recomendando para que a Presidência da Assembléia Legislativa suspenda os trabalhos de plenário nas segunda, terça e quarta-feira para que tenhamos desde as 9 horas da manhã tempo suficiente.

como Agradecemos a presença de todos, do Dr. Fernando Baraúna ~~que~~ também agradecer a presença e participação direta do Dr. Ivan que teve uma participação valiosa para que possamos entregar à sociedade do Paraná uma Carta Estadual que venha de encontro aos seus interesses.

Concedemos a palavra ao Sr. Ivan para considerações finais. E, em seguida, fica encerrada a presente reunião.
O SR. IVAN - Gostaríamos de esclarecer que as colocações que fizemos aqui não tem nenhuma colocação político-partidária. Ela representa o pensamento da Associação que é uma entidade em que é proibida qualquer conotação político-partidária. O nosso objetivo aqui foi unica e exclusivamente falar do funcionário público e seus benefícios. Se houve alguma crítica aqui não foi dirigida a nenhum governo e sim no sentido de melhorarmos a máquina administrativa. Não há nada contra pessoas ou governo, de nossa parte, da Associação.

FLS 51
SM 2

29.03.89-ircc

12:05

C. Org. Estado e Municípios

Gostaríamos de agradecer muito a esta Comissão, ao Presidente, que nos deu esta oportunidade de trazer o pensamento dos Funcionários Públicos. O Presidente foi muito cordial conosco. Também agradecemos aos Deputados que fizeram parte destes debates, notamos o interesse dos Senhores Deputados hoje em proporcionar uma situação melhor



O SR. IVAN DE QUADROS: ... uma situação melhor para o funcionalismo público, ~~agora~~ agradecer a interferência de todos os Deputados que estavam presentes, aqui, porque a gente notou um interesse muito grande.

E queremos pedir, por fim, aos Deputados, ao relator da matéria que vai justamente publicar estes dados para apresentar o relatório, para que aproveite o máximo possível do nosso trabalho, porque ele espelha, realmente, a vontade do servidor público. E agradecendo todos, nós nos colocamos, a Associação se coloca à disposição dos Deputados, para uma outra oportunidade, se houver necessidade. A Associação está à disposição para qualquer esclarecimento, qualquer participação no presente e no futuro.

Agradeço a todos e o meu muito obrigado, por esta participação.

O SR. PRESIDENTE: Finalmente, nós agradecemos, também, ao Antônio Cilião, que teve uma participação importante aqui, e à nossa imprensa, que aqui está presente, através da nossa querida jornalista. Obrigado a todos.